



MANIFESTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA NA BAHIA: OS "ALFAIATES"

No quadro dos movimentos políticos e intelectuais que marcaram a crise do sistema colonial no Brasil, a chamada "Inconfidência Baiana" ou "Conjuração dos Alfaiates" ocupa um papel muito especial. Diferentemente da Inconfidência Mineira, ela não se restringiu a uma elite de letrados e brancos livres, nem a preocupações de caráter puramente político e liberal. Muito mais abrangente, ela incluiu em seu bojo e na sua liderança mulatos, negros livres, escravos, pois, além da preocupação de liberdade e independência, ela objetivava verdadeiras mudanças revolucionárias de caráter social, como a igualdade de raça e cor, o fim da escravidão, a abolição de todos os privilégios. Affonso Ruy, o mais importante estudioso do assunto, chega a situar o movimento revolucionário baiano como "A Primeira Revolução Social Brasileira". O caráter radical e igualitário dos momentos do "Terror" da Revolução Francesa, ao lado das peculiaridades da sociedade baiana do fim do século XVIII, são elementos explicativos da emergência de uma veia revolucionária radical entre o povo humilde do Recôncavo, que o posterior desenvolvimento do processo brasileiro de independência conseguiu abafar.

1. Os "Abomináveis Princípios Franceses"

No quadro da chamada "Era das Revoluções" que abalaram a Europa e a América no final do século XVIII e princípio do XIX, a Revolução Francesa teve um papel central. Nas suas várias etapas, ela esgotou as possibilidades de elaboração política do pensamento liberal e democrático advindo da Ilustração, vivenciando desde as propostas mais moderadas até às mais radicais, como as da fase da Convenção (1792-1794), de caráter nitidamente social, igualitário e popular.

Como as demais propostas revolucionárias, aquelas da época da Convenção (ou do Terror) ganharam difusão em todo o mundo atlântico, influenciando vários outros movimentos. Essa difusão chegou até a ser conscientemente provocada por alguns adeptos franceses do radicalismo, que em viagens

pelo mundo pregavam as novas idéias e distribuíam cópias de manifestos, livros e panfletos revolucionários.

A existência, em várias regiões da América, de um fermento social favorável à divulgação desses princípios estimulou não só os franceses como os intelectuais americanos a trazerem para cá livros e documentos radicais. De uma forma ou de outra, esses materiais vieram ter às mãos de revolucionários baianos, intelectuais ou não: as bibliotecas de Cipriano Barata e Hermógenes de Aguiar Pantoja, dois dos implicados no "Conjuração dos Alfaiates", continham não apenas uma série de livros franceses, mas também originais e traduções de documentos revolucionários, como o "Orador dos Estados Gerais de 1789," o "Discurso de Boissy D'Anglais" à Convenção francesa em 1795 e o "Aviso de Petersburgo," de fevereiro de 1796.

Apesar de Portugal, na época, se encontrar em estado de beligerância com a França, o que dificultava a entrada de franceses no Brasil, esteve aqui em fins de 1796 um homem claramente ligado à revolução: o Comandante Larcher, da fragata "La Preneuse", que estivera encarregado de levar às ilhas Maurícias o decreto metropolitano que extinguiu a escravidão naquela colônia francesa. Larcher não veio com seu próprio barco, e sim com o navio espanhol "Boa Viagem", conseguindo do governador baiano o direito de estada em Salvador, em novembro de 1796. Para seu acompanhamento e vigilância, dado seu caráter de representante de uma nação inimiga, foi designado o Tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja, que logo se entusiasmou pelas idéias do comandante e aproximou-o de elementos da sociedade baiana. "Larcher, aproximando-se das figuras mais proeminentes da cidade, pelo saber e distinção social, abordava a filosofia dos enciclopedistas e as suas novas teorias políticas. Os serões quase secretos, como medida acauteladora, uma vez que os assuntos discutidos eram tenazmente combatidos pelo poder real, se iam alargando, tomando aspecto de associação filosófica. Na casa do farmacêutico João Ladislau Figueiredo e Melo, na Barra, avistavam-se: o padre Francisco Agostinho Gomes, homem riquíssimo e o espírito mais iluminado da cidade pelo saber...; Inácio Siqueira Bulcão, remanescente da aristocracia agrária, senhor dos engenhos do Recôncavo... Cipriano José Barata de Almeida, cirurgião

hábil, talentoso e de grande popularidade pela simpatia do trato e piedosa assistência aos pobres, patriota ardente, tomando-se, por isso mesmo, figura destacada em todos os movimentos sediciosos do seu tempo".

Luís Henrique Dias Tavares contesta a influência de Larcher, argumentando que ele teria partido de Salvador apenas um mês após sua chegada. Mesmo que seus dados sejam corretos, porém, é inegável que a presença do comandante do "La Preneuse" teve repercussões razoáveis de caráter ideológico. A presença do ideário francês entre os baianos se manifesta também no fato de que, em 1797, dois carmelitas da capela do Corpo Santo, ligados aos intelectuais simpatizantes da revolução, traduziram e recopiaram "Túlia" e "Nova Heloísa" de Rousseau, "Revolução do Tempo Passado" e "Ruínas" de Volney e a já citada fala de Boissy D'Anglais. Entre alguns dos implicados na conjuração de 1798 havia vários que manifestavam a firme convicção de que os franceses viriam em auxílio dos revolucionários de qualquer parte da América que seguissem suas idéias; Cipriano Barata teria chegado a afirmar que "o melhor era esperar os franceses, os quais andavam nessa mesma diligência (a revolucionária) pela Europa, e logo cá chegariam".

Não era sem razão que as autoridades metropolitanas procuravam impedir a todo o custo a difusão das idéias que, mesmo remotamente, lembrassem as da Revolução Francesa. É que, diante da chegada das primeiras denúncias a Lisboa, relatando a existência dos conjurados baianos, em outubro de 1798, a coroa enviava uma preocupada carta a D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, dizendo: "S. Majestade manda participara V. S. que depois que chegou o último comboio se espalharam aqui vozes que dão grande cuidado, e que anunciam que as principais pessoas dessa cidade, por uma loucura incompreensível, e por não entenderem seus interesses, se acham infectas dos abomináveis princípios franceses. .

2. Cavalheiros e Mulatos

É necessário estabelecer uma distinção entre os baianos da elite branca que, influenciados pelas idéias da Revolução Francesa, passaram a assumir posições favoráveis à liberdade política e individual etc. e os baianos das camadas



mais humildes que fizeram a Conjuração Baiana. Enquanto os segundos procuraram nas idéias "francesas" a expressão de seu descontentamento social, os primeiros se limitaram ao debate e à propagação dos aspectos puramente políticos e ideológicos do liberalismo revolucionário. Seu caráter de classe proprietária, ligada ao domínio escravista, não os levou ao trabalho político efetivamente radical: com raras exceções, limitaram-se a atividades semelhantes às do grupo de intelectuais da Inconfidência Mineira.

Na mesma casa em que se reuniam para ouvir as exposições de Larcher, a do farmacêutico Figueiredo e Melo, os intelectuais brancos fundaram, em julho de 1797, a sociedade secreta "Cavalheiros da Luz". Com poucos participantes, ligados por um juramento de jamais revelarem suas atividades, a sociedade incluía o Padre Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Francisco Moniz Barreto, José Gomes de Oliveira Borges, dois padres carmelitas, Daniel da Silva Lisboa e também o Tenente Hermógenes de Aguilar Pantoja, cujo contato com Larcher o transformara em decidido revolucionário. A sociedade secreta, pelo seu caráter elitista e esotérico, chegou a ser confundida por alguns historiadores com uma loja de tipo maçônico; nada, porém, autoriza essa suposição. Seus membros dedicaram-se fundamentalmente a estudos e à propagação das idéias entre a elite baiana.

Entretanto, uns poucos membros dos "Cavalheiros da Luz" tinham perspectivas revolucionárias mais amplas. Os Tenentes Oliveira Borges e Aguiar Pantoja, por exemplo, dedicaram-se ao proselitismo radical entre os soldados, conseguindo a adesão de quase todo o segundo Regimento Pago de Salvador. No interior, na região do rio das Contas, Francisco Moniz Barreto procurava arregimentar pessoas humildes, mulatos e negros. O Padre Agostinho Gomes também desenvolveu pregações entre mulatos da cidade do Salvador, que logo fizeram acender os ânimos dos porões escuros e das vielas estreitas. Mas, entre todos, o mais ativo propagandista e agitador foi o médico Cipriano Barata. Incansável na difusão dos princípios do movimento, preocupou-se efetivamente em atingir a população humilde, inclusive escravos, chegando a valer-se do fato de possuir uma pequena fazenda em terras de Inácio Siqueira Bulcão,

para dirigir-se à escravaria do interior.

Esse proselitismo de alguns dos membros mais revolucionários dos "Cavalheiros" deu uma nova configuração ao movimento - de uma sociedade secreta de elite, ele passava a tomar-se um movimento popular e social, tomava-se a Conjuração Baiana propriamente dita. "Com virulência, o germe revolucionário insinuou-se por entre os artífices e servidores das profissões liberais, sujeitos à prepotência do governo e da corja fiscal; resvalou para as senzalas através das crias de estimação das casas afdalgadas da cidade, serpenteando, com emissários, nos engenhos fronteiras e irradiando-se, levados pelos comboios, pelas zonas dos sertões e da mineração".

É necessário notar que, em um primeiro momento, o movimento se afigurava semelhante ao estilo das manifestações revolucionárias de alguns pontos das Antilhas e da América Central, nos quais a elite branca buscou apoio entre escravos e elementos das raças submetidas, para seus projetos de libertação diante da metrópole poderosa. Entretanto, a difusão de idéias libertárias e igualitárias, no caso baiano, não poderia deixar de despertar as contradições da sociedade escravocrata: o projeto igualitário, benéfico aos escravos e mulatos, não aos senhores, faria com que o núcleo inicial dos "Cavalheiros da Luz" fosse ultrapassado, em matéria de articulações revolucionárias, pelos humildes da capitania. As camadas inferiores radicalizaram logo suas posições e assumiram o comando efetivo do movimento: mesmo Cipriano Barata, que até 1839 seria um dos mais notáveis revolucionários democratas que a história brasileira conheceu, seria em 1789 superado pelos acontecimentos: defensor da persistência da ação propagandística, para dar mais força ao movimento futuro, ele era desfavorável ao seu desencadeamento imediato. Por isso mesmo, a liderança escapou-lhe das mãos, passando para a de mulatos ligados às profissões urbanas, artífices (principalmente alfaiates) e soldados. O radicalismo das raças dominadas, inquieto e impaciente para se libertar do jugo secular do colonialismo, não interessava aos senhores brancos, que se retraíram. Cipriano Barata continuou no movimento, pois em toda a sua vida, por coerência revolucionária, se diferenciaria do restante da elite branca, que temia o povo e a liberdade plena. Mesmo assim, seu

papel nos últimos momentos da inconfidência baiana foi pequeno em comparação com o dos mulatos. É importante notar, porém, que tal diferenciação de classe no seio do movimento, se inevitável a longo prazo, foi facilitada e apresada pelo próprio clima de descontentamento e agitação social vigente na Bahia em fins do século XVIII. As "idéias francesas" apenas vieram permitir a expressão de uma revolta latente e surda, curtida nos porões e senzalas, que em vários momentos explodia em manifestações caóticas. Era a própria estrutura da sociedade colonial que estava em jogo, para os dominados pelo jugo branco.

Agitações Sociais - Ao longo do século XVIII, e até por volta de 1770, a situação econômica baiana era precária, principalmente por força da prolongada crise do açúcar. O enriquecimento urbano de Salvador, função do comércio com a zona aurífera das Gerais, não trouxera qualquer benefício à lavoura, e na cidade só os ricos comerciantes, quase todos portugueses, lucraram com os negócios de Minas. Com o "renascimento agrícola" a partir de 1770, a capitania recuperou algo de seu fastígio, mas isso só fez agravar as contradições sociais. A prosperidade da lavoura canavieira no último quartel do século beneficiou apenas os grandes comerciantes e senhores de engenho. A tradicional escassez alimentar agravou-se, pois a área de plantio para subsistência reduziu-se em função da expansão dos canais e os alimentos vindos de fora subiram de preço, devido ao aumento do poder aquisitivo dos senhores. A população livre não-proprietária sofria gravemente com a escassez, tornada pior pelas especulações altistas dos negociantes de gêneros e insuportável pelas arbitrarias exigências destes, como a de só aceitar determinados tipos de moedas, sob a alegação de falidade das demais. A introdução de moedas de cobre contrabandeadas dos Estados Unidos provocou incidentes sangrentos, e o conjunto da situação levou a várias explosões populares de descontentamento. Entre 1797 e 1798, os incidentes se multiplicaram: em várias ocasiões, soldados e populares invadiram armazéns para tomar à força carne e farinha. No sábado de aleluia de 1797, os escravos que transportavam grandes quantidades de carne de Salvador foram atacados pela multidão faminta que povoava as



ruas da cidade e seu fardo foi dividido entre os atacantes e as negras de ganho que vendiam quitutes na rua. É interessante notar que tais motins caóticos chegaram, em princípios de 1798, a afrontar diretamente o poder; depois de alguns tumultos, certa madrugada, o pelourinho da praça, símbolo do mando lusitano e branco, foi incendiado. Em todas essas ocasiões, mulatos e negros realizavam os ataques, expressando não só seu ódio de classe inferior como o de uma raça submetida.

Esse fermento de tensões explica a rápida difusão das idéias de igualdade e liberdade entre os negros, bem como o caráter que distingue a Conjuração Baiana da Inconfidência Mineira.

3. A Ação dos Conjurados

No início de 1798, o processo de discussão iniciado no ano anterior já se transformava em franco movimento sedicioso. Silva Lisboa parecia ser um dos interessados no seu rápido desencadeamento, embora contasse mais com ilusões sobre a força militar existente que com a força real da conjura. Escrevia a Cipriano Barata: "Não deixei de aclamar logo o chefe da República Baiana. No estado em que se acha Portugal devemos aproveitar a ocasião para proclamar a independência da capitania. Já deve estar na barra uma esquadra francesa que vem ao nosso auxílio, e deve estar avisado o professor do Rio das Contas, que traz a expedição de 1000 homens... Já o José Pires de Albuquerque lhe deve ter comunicado a resolução dos nossos amigos do Recôncavo. Tenha cuidado com Frei José e Frei Francisco na disputa que mantém quanto ao querer cada qual ser o chefe da Igreja. Por carta de Marcelino Antônio sei que está firme. Estou a escrever os artigos do programa de governo".

Além de acreditar excessivamente no auxílio francês, o missivista esperava muito da capacidade de arregimentação militar do "professor do Rio das Contas", Moniz Barreto. Um tanto afastado da massa de mulatos, como a maior parte dos brancos que tomaram parte no movimento, Silva Lisboa limitava-se a uma visão conspirativa. Enquanto isso, entretanto, os líderes das camadas baixas se movimentavam intensamente, o que faz com que a carta de Silva Lisboa

Nas articulações mais efetivas do movimento, destacavam-se João de Deus Nascimento, de 24 anos, e Manuel Faustino dos Santos, o Lira, de 23, ambos mulatos e alfaiates de profissão (o que valeu o epíteto de Conjuração dos Alfaiates). É importante notar que os artífices que fabricavam roupas se situavam em posições bastante baixas na estratificação social dos homens livres. Como os senhores e grandes comerciantes contavam geralmente com escravos que lhes confeccionavam as roupas, ou as importavam, os alfaiates "de tenda" tinham uma escassa clientela de pessoas de poucas posses, e raramente ganhavam mais que o mínimo para o sustento, além de serem socialmente depreciados por exercerem um trabalho 4 l vil", isto é, manual. Além desses dois líderes, destacavam-se também, como organizadores, os soldados de milícias Luís Gonzaga das Virgens, de 36 anos, e Lucas Dantas de Amorim Torres, de 24, também mulatos. Uns e outros dedicavam-se a intensa pregação entre a população pobre de Salvador, conseguindo grande quantidade de adeptos e apressando-se nos planos revolucionários. O Tenente Aguilar Pantoja também participava ativamente das articulações, chegando a ser apontado mais tarde como chefe militar da conjura.

No dia 12 de agosto de 1798, os baianos de Salvador tiveram uma surpresa ao despertar: nas paredes e muros dos lugares de maior concentração popular havia boletins de caráter revolucionário, conclamando o povo a apoiar a república libertária e igualitária, cujo advento os conjurados preparavam.

"Animai-vos Povo bahinense que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade: o tempo em que seremos todos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais" era o teor de um dos manifestos. Outro esclarecia: "A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento: a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, finalmente a liberdade é o repouso, e bem-aventurança do mundo". Entre os panfletos, havia um que traçava claramente o programa da revolução:

"Aviso ao Clero e ao Povo Bahinense.

O Poderoso e Magnífico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando-nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas

tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa e no que respeita à inutilidade da escravidão do mesmo Povo tão sagrado e Digno de ser livre, com respeito à liberdade e igualdade ordena, manda e quer que para o futuro seja feita nesta cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o péssimo jugo reinável na Europa, segundo os juramentos celebrados por trezentos e noventa dos Dignísimos Deputados Representantes da Nação em consulta individual de duzentos e oitenta e quatro Entes que adotam a total Liberdade Nacional, contida no geral receptáculo de seiscentos e setenta e seis homens, segundo o prelo acima referido. Portanto faz saber e dá ao prelo que se acham as medidas tomadas para socorro estrangeiro e progresso do comércio de Açúcar, Tabaco e pau-brasil e todos os mais gêneros de negócios e mais vives, contanto que aqui virão todos os estrangeiros tendo Porto aberto, mormente a Nação Francesa: outrossim manda o Povo que seja punido com pena vil para sempre todo aquele Padre regular e não regular que no púlpito, confessorário, exortação, conversação por qualquer forma, modo e maneira persuadir os ignorantes, fanáticos e hipócritas, dizendo que é inútil a liberdade Popular: também será castigado todo aquele homem que se achar na (mesma) culpa não havendo isenção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que todos os membros militares de Linha, milícia e ordenanças, homens brancos, pardos e pretos concorram para a liberdade Popular: manda o povo que cada soldado perceba de soldo dois tostões cada dia além das suas vantagens que serão relevantes. Os oficiais terão aumento de posto e soldo, segundo as Dietas cada um indagará quais sejam os tiranos opostos à liberdade e estado livre do Povo para ser notado: cada um Deputado escreverá os atos da igreja para notar qual seja o sacerdote contrário à Liberdade: o Povo será livre do despotismo do rei tirano ficando cada um sujeito às Leis do novo código e reforma do formulário, será maldito da Sociedade nacional todo aquele ou aquela que foi inconfidente à liberdade coerente ao homem, e mais agravante será a culpa, havendo dolo eclesiástico: assim seja entendido aliás.

O Povo".

Além de reivindicações bastante específicas dos homens livres e



pobres (protesto contra os impostos), dos negros (inutilidade da escravidão), dos soldados (aumento de soldos), o manifesto colocava pontos essenciais das doutrinas radicais emanadas da Revolução Francesa, como a igualdade, a liberdade, a representação popular soberana, o anticlericalismo exacerbado. Além disso, incluía um ponto comum a todos os movimentos e manifestações daqueles que, em toda a América, iniciavam a luta contra o colonialismo: a liberdade de comércio.

Os conjurados, em certos aspectos, agiam de maneira precipitada e ingênua; alguns dias depois de publicados os boletins revolucionários, que evidentemente despertaram grande sobressalto nas autoridades, mandaram uma carta ao governador pedindo sua adesão aos republicanos. D. Fernando José de Portugal, o titular do governo baiano, ordenou investigações. As suspeitas recaíram sobre o soldado Luís Gonzaga das Virgens, do 29 Regimento Pago, pois este, dias antes, havia solicitado nomeação como ajudante do regimento da milícia, argumentando que os homens pardos deviam ter tanto direito ao cargo quanto os brancos. Conhecida por várias pessoas a sua pregação revolucionária, não foi difícil à polícia sair no seu encalço; no dia 20 de agosto foi preso e teve sua casa varejada. Além de encontrar com ele cópias de documentos revolucionários, as autoridades puderam colocá-lo sob violento interrogatório; embora negasse tudo, sistematicamente, Luís Gonzaga foi levado a cair em contradições. Os demais conjurados, temerosos, passaram a preparar um golpe de força que fizesse a situação reverter a seu favor.

Delações - A simples prisão de Luís Gonzaga não teria sido suficiente para desbaratar o movimento, se não colaborassem para isso alguns delatores. Bem antes da publicação dos manifestos subversivos, a Rainha D. Maria I havia recebido em Lisboa uma carta do padre baiano José da Fonseca Neves, datada de 3 de maio de 1798, que acusava Cipriano Barata e Marcelino Antônio de Sousa de "publicar as suas depravadas paixões entre os rústicos povos, feitos uns novos legisladores". O aparato policial lusitano, chefiado pelo temível Pina Manique, desde vários anos antes andava extremamente preocupado com as

a revolta vitoriosa dos negros haitianos em 1792 e as agitações que começavam a se processar em vários pontos da América, desde a Independência dos Estados Unidos. Por isso mesmo, o Governador D. Fernando José de Portugal foi advertido sobre os riscos revolucionários, embora não lhes tivesse dado tanta atenção inicialmente. Após as proclamações públicas dos conjurados, D. Fernando resolveu agir mais rigorosamente, e para isso contou com a valiosa ajuda de delatores.

Logo após a prisão de Luís Gonzaga das Virgens, o alfaiate João de Deus Nascimento, temeroso de que o soldado não resistisse e entregasse seus companheiros, resolveu organizar um ousado ataque para libertá-lo, ataque que permitiria desencadear o processo revolucionário. Entretanto, não havia tempo para esperar o prometido auxílio que viria dos engenhos de Jacobina, os homens do rio das Contas, ou outros auxílios de fora de Salvador. Por isso, João de Deus passou a articular a ação armada contando com os mulatos da cidade, com os soldados do 29 Regimento Pago e com novos adeptos recrutados à última hora. A precipitação o pôs a perder, pois entre os adeptos de circunstância - encontravam-se três delatores: Joaquim José de Santana, capitão do regimento de milícias, Joaquim José da Veiga, ferrador, e José Joaquim Siqueira, soldado do regimento de linha. O primeiro, que fez a denúncia mais importante, compareceu junto de João de Deus a uma reunião dos conjurados no campo do Dique, nos arredores da cidade. A reunião tinha o objetivo de dar os últimos retoques em um plano de assalto à prisão e à cidade, e só não conseguiu realizar-se porque a polícia, avisada de antemão pelos delatores, cercou o local, com policiais disfarçados: os conjurados, porém, percebendo a trama, conversaram rapidamente e se dispersaram. Joaquim de Santana fez um pormenorizado relato dos fatos, além de explicar detalhadamente as intenções dos rebeldes, seus planos e idéias; seu depoimento é peça valiosa para compreender o estado de ânimo da conjura baiana, sua disposição revolucionária e alguns de seus erros.

Prisões e Execuções - A partir do fracasso da reunião do campo do Dique, no dia 25 de agosto, o governo começou a prender todos os conjurados de que tinha conhecimento. Instaurou-se o terror poli-

cial, com invasões de casas, prisões arbitrárias, torturas e fugas de implicados, em todo o Recôncavo baiano. Os principais conspiradores foram presos logo, como João de Deus, Manuel Faustino, e muitos alfaiates, soldados, artesãos, escravos. Lucas Dantas, fugindo para o engenho de Inácio Siqueira Bulcão, foi preso lá, depois de um combate com os policiais que o deixou gravemente ferido. As devassas se estenderam a Rio das Contas, Comissão, Cachoeira, engenho São José, Jacobina, lotando as prisões com centenas de pessoas. Dos membros da sociedade "Cavalheiros da Luz", porém, só foram presos Cipriano Barata, Mo-niz Barreto, Aguilar Pantoja e Oliveira Borges. A elite branca dos primeiros momentos da pregação revolucionária e das conversas com Larcher não sofreu quase nada, mesmo porque boa parte dela se afastara das manobras conspiratórias. Os que ainda estavam implicados valeram-se do dinheiro e do prestígio para escapar à repressão: Inácio Siqueira Bulcão conseguiu escapar por ser casado com a filha do secretário do governo; Aguilar Pantoja, apesar de ser bastante implicado, foi ajudado de fora da cadeia por seus amigos ricos, que conseguiram fazer as testemunhas negarem seu envolvimento. Homens como Silva Lisboa, Pe. Agostinho Gomes, o farmacêutico Ladislau Figueiredo e Meio, não foram molestados pelas devassas, como muitos outros.

Mas as penalidades sobre os conjurados, a repressão sobre os mulatos, essas deveriam ser implacáveis, para cumprir as exigências de Lisboa. D. Maria I, em cartas, exigia que todos os implicados, mesmo aqueles que não participassem diretamente da conjura, mas tivessem ciência dela e não a delatassem, fossem punidos. A coroa chegava a instruir os tribunais da Bahia para que, no caso dos condenados que recebessem pena de degredo, eles não fossem mandados para colônias portuguesas na África, e sim para territórios fora da jurisdição lusa, para que "o veneno dos seus falsos princípios não possa jamais contaminar aqueles dos seus vassallos". A violência da repressão estava na razão direta do caráter popular do movimento.

O processo teve 34 réus. Destes, 23 eram mulatos, que ocupavam posições muito baixas na escala social - 10 eram escravos, 4 tinham sido libertos e os demais alforriados e os demais eram soldados ou artesãos havendo vários com ofício



de alfaiate. Mesmo entre os 10 brancos, predominava a origem modesta, havendo 7 soldados e oficiais e dois artesãos. As penas foram pesadas: seis dos réus foram condenados à morte; João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens foram enforcados e esquartejados, enquanto Luís Pires conseguiu não ser agarrado e o último, Romão Pinheiro, teve sua pena comutada em degredo. Os demais condenados tiveram penas de degredo ou prisão. O processo, evitado de lances de arbitrariedade, chegou a apresentar o negro humor de um pedido do advogado de defesa: que os réus, uma vez sendo inevitável a sua morte, fossem poupados da humilhação do esquartejamento. Nem isso o tribunal concedeu, e Salvador foi inundada pelo cheiro dos cadáveres dos quatro revolucionários, esposteados e pendurados em lugares de grande afluência.

No cumprimento de uma política cada vez mais repressiva, a coroa ordenou o pagamento de prêmios e a concessão de privilégios e cargos a quaisquer denunciadores de crimes de "lesa-majestade": os dela tores da contestação política foram agraciados com pensões, como José Joaquim de Santana, que havia entregado João de Deus e os principais implicados. A prática estimulou as denúncias: ao iniciar-se o século XIX, avolumavam-se sobre as mesas dos governadores e secretários de governo as cartas dos ambiciosos, denunciando tudo e todos em busca de alguns tostões e um emprego na milícia. Mas a Inconfidência Baiana foi algo mais que um sintoma da desagregação do colonialismo, que tentava manter-se através da repressão: ela evidencia uma outra faceta do processo de independência, que se manifestaria em ocasiões como o 2 de julho baiano (já em 1823): o radicalismo democrático, igualitário e popular, que o caráter posterior do processo de independência conseguiu a custo esconder.

APÊNDICE - Denúncia de José Joaquim de Santana à Polícia de Salvador sobre a Conjuração Baiana.

"Que no dia de Sábado vinte e cinco do corrente mês de Agosto pela uma hora da tarde, achando-se ele denunciante na sua loja de cabeleireiro na rua direita do Corpo Santo, a cargo de João de Deus, convidá-lo de propósito, para na noite daquele

mesmo dia se achar no campo do dique do Desterro, onde estava tratado por ele João de Deus, e mais duzentos indivíduos, celebrasse uma sessão a respeito de um levantamento, e rebelião, que se projetava executar nesta Cidade, e seu distrito, para efeito de se erigir um ideado sistema de liberdade, com destruição de todos os Membrados da Administração Pública, Política, e Econômica que rege este continente, debaixo das saudáveis Leis de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde, muitos anos: principiando esta diabólica, e terrível aliciação, por lhe perguntar como ia ele denunciante com o seu Regimento, a o que respondeu que ia bem apesar do muito trabalho, que lhe causava a aplicação às manobras do mesmo Regimento, vendo-se obrigado pelos desejos que tinha de ser completo oficial, e de servir com satisfação, a frequentar por repetidas vezes os Quartéis dos Regimentos de linha, para aperfeiçoar-se em tudo quanto pertence às funções Militares, e que ao mesmo tempo sentia sua desconsolação por ouvir dizer, que se nomeava um Sargento Mor branco para o seu Regimento e que sendo isto verdade desistiria sem dúvida das suas maiores aplicações, ao que lhe replicara o dito João de Deus com o seguinte = Que continuasse na mesma aplicação, porque poderia ser fosse ele denunciante Coronel do Segundo Regimento de Tropa de linha = Ao que respondeu ele denunciante, que isso lhe parecia impossível, novamente replicou o mesmo João de Deus = Que não duvidasse porque as coisas estavam em diferentes termos, do que supunha ele denunciante, que brevemente veria ele denunciante as Tropas de linha com comandos brancos, pardos, e pretos, e sem distinção de qualidade, e sim de capacidade = Ao que respondeu ele denunciante que não podia capacitar-se de tal pois lhe parecia impossível: = Ao que novamente replicou o mesmo João de Deus. = Que havia muita pólvora, bala e gente para o fim de reduzir o povo desta Cidade a uma igualdade, sem distinção de qualidade, como já tinha dito; que este porto seria franco, a todas as Nações Estrangeiras, para nele virem negociar, trazendo fazendas e todas as mercadorias, para em troca delas levarem açúcares, tabacos e mais gêneros da terra, sem precisão de Portugal, de que se não carecia neste caso, para a sua extração; e que a favor desta ação havia muitos oficiais e soldados da

Tropa de linha, que haviam ser remunerados com avantajados soldos, e além deles haviam mais muitas pessoas circunstanciadas: e que o mesmo Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador, e Capitão General desta Capitania seguia o mesmo partido da dita rebelião, posto que disfarçadamente, porque em particular dizia = Que fazem estes malditos povos que já não se levantaram? Para quando se guardam? = Ao que novamente duvidou ele denunciante, que era impossível de crer, que o dito Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor, seguisse tal partido, ou em tal consentisse: porém o dito João de Deus respondeu = Que a Guarda do Palácio e Pessoa do dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, primeiro que tudo na ocasião da sublevação havia de ser atacada, e por disfarce preso o mesmo Excelentíssimo Senhor o qual então assinaria todas as ordens precisas para o mais, que não eram precisos Ministros para a Governança dos povos, e por isso deviam ser logo mortos a faca, conservando-se intatos os Negociantes a bem do público: = A este ponto passando pela porta dele denunciante o Desembargador Intendente Geral do ouro desta cidade, e refletindo para o mesmo ele denunciante lhe respondeu o dito João de Deus = Que também havia de ser morto aquele Ministro, e se lhe havia tomar sessenta mil cruzados que possuía = e continuando na sua exortação disse, = Que o seu barracamento havia de ser nas Fortalezas, e que todos os cativos pardos, e pretos ficariam libertos sem que houvesse escravo algum; e que os de alguns engenhos, já estavam da parte da rebelião, que os conventos de Freiras e Frades seriam abertos, e franqueado a saída aos que a quisessem, que seriam soltos os presos, e forçados das Galés, e que todos seriam do mesmo partido: perguntando a ele denunciante se tinha as armas dos Soldados da sua companhia, em seu poder? e porque lhe disse que sim, pediu-lhe o dito João de Deus os quisesse persuadir e comover para o mesmo levantamento, expondo-lhes tudo quanto ele tinha dito: e por conclusão convidou a ele denunciante para na mesma noite daquele dia se achar na casa dele João de Deus, e daí passarem todos ao dito campo do dique, e ver e admirar as Pessoas condecoradas, que seguiam o partido do levante, e tomar ao mesmo tempo as suas armas, e as suas insinuações conducentes a sua realização, ficando sabendo o dia em que se



havia de achar pronto com a sua gente, porque enquanto a hora, estava já assentada ser a uma da noite. = Esperçando-o ele denunciante no pronto desempenho de todas as sobreditas recomendações, para poder tomar melhor conhecimento deste criminoso artefato, e poder melhor delatar as Justiças. E com efeito logo que o dito João de Deus o deixou foi ele denunciante a casa de Francisco Gomes de Sousa Escrivão Deputado da Junta da Fazenda Real desta Cidade, em razão de ter nele algum patrocínio, e lhe comunicou tudo o que tem expressado, e este o dirigiu para a Presença do Desembargador Ouvidor Geral do Crime, o que executou e ouvindo-o o dito Ministro, lhe ordenou fosse para Palácio do dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador em cuja Presença, e do mesmo Ministro que logo ali se achou, expôs ele denunciante tudo quanto tem expressado. E determinando-lhe tanto sua Excelência como o dito Ministro, que falasse ao Tenente Coronel Alexandre Teotônio de Sousa, que se achava nessa ocasião no dito Palácio, executando-o assim o dito Tenente Coronel, lhe determinou fosse novamente ter-se com o dito João de Deus a saber de que modo devia concorrer no projetado ajuntamento daquela noite, se de casaca, ou de capote, se com armas ou sem elas, ao que ele denunciante logo satisfez: e passando imediatamente a tenda do dito João de Deus (Seria já perto das Ave-Marias) aonde achou além deste a Inácio da Silva Pimentel, quase achava cozendo um colete do Capitão do primeiro Regimento de Linha Angelo Barata, fuão, um moleque aprendiz do dito João de Deus, um soldado do mesmo primeiro Regimento também alfaiate, e oficial do dito fuão; e chamando ele denunciante ao mesmo João de Deus à parte, lhe perguntou de que forma havia de ir ao campo do dique, e com que armas, e ele lhe respondeu fosse de capote; e levasse uma faca de ponta, e espada, e que nesta figura o ficava esperando sem falta ali mesmo. E retirando-se ele denunciante veio novamente ter-se com que armas, e ele lhe respondeu fosse de capote; sua casa, onde lhe contou o que tinha passado, e ele recomendou que fosse, e se não apartasse do mesmo fuão que ele Tenente Coronel lá iria ter. Saiu ele denunciante, e na sua casa se preparou no modo

mais, ou menos) e chegando a ela já o não achou, e só o tal moleque aprendiz, o qual lhe disse, que o seu mestre já havia saído com os outros mais para o campo do dique, e que lhe tinha deixado recomendado que encaminhasse a ele denunciante para o sítio onde todos se haviam de achar, e indo ele denunciante na companhia do dito moleque aprendiz, chegando ao campo do dique não encontraram ao dito João de Deus, nem algum de seus companheiros porque estavam no lugar em que fica a roça do Capitão do segundo Regimento, Antônio Joaquim Ferreira, e ao entrar para o dito campo do dique o encontrou como o referido Tenente Coronel Alexandre Teotônio, que andava de capote, o qual reconheceu muito bem a ele denunciante: depois disso lançou o dito moleque aprendiz alguns assobios, e em consequência deles ressurgiram daquele sítio da roça do dito Capitão Antônio Joaquim os seguintes: - João de Deus, Inácio da Silva Pimentel, Luís Pires, escravo do Secretário do Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim José da Veiga, pardo, oficial de ferrador, e um homem branco de estatura baixa, casaca de chita, veste e calção brancos, com botifarras, chapéu armado, e cabelo louro, que tudo nele denunciante conheceu pela claridade da lua, e além dos sobreditos outros vultos mais de capote, que não pôde reconhecer, e porque o dito João de Deus não achou as pessoas que esperava, se encontrou a queixar de lhe faltarem aqueles, que lhe tinham prometido acharem-se ali, ao que lhe respondeu o dito homem de casaca de chita, que o dito Tenente Coronel Alexandre Teotônio andava por aqueles sítios, e espalhando-se todos a esta voz, veio ele denunciante seguindo sempre o dito João de Deus, e aproximando-se a um botequim, que fica por detrás do muro das Freiras do Desterro, é de um pardo casado chamado Manuel Anselmo, ali entraram alguns do ajuntamento a beber aguardente; ficando para a esquina dois rebuçados, com os quais esteve falando por algum tempo o dito João de Deus em particular: a esse tempo passou o Tenente Coronel da Artilharia José Gomes, filho do Sargento-mor Governador do morro em traje militar, com espada na mão, seguindo para a parte do Caquende, e então o dito João de Deus, largou todos dizendo - Aquele é o Gomes que está do nosso partido. E foi em seguimento dele, e passado algum tempo

po voltou ao mesmo sítio, e disse = Vamos-nos embora, porque é já tarde, e tive notícia que Alexandre Teotônio anda por estas partes, e já cá estiveram as outras pessoas, e por terem igual notícia se retiraram = A cuja voz se dispersaram todos, e ele denunciante veio sempre na companhia de João de Deus, e no Adro da Matriz de Santa Ana se assentaram ambos, e então aí apareceu o dito soldado Inácio da Silva Pimentel, e lhe disse o dito João de Deus = olhe de que escapamos = e ele denunciante o acompanhou nesta expressão, ao que respondeu o dito soldado. = Aqui entre nós há uma pessoa que nos vende. = E então o dito João de Deus disse = Alexandre Teotônio escapou nesta noite, porque o nosso companheiro de casaca de chita, com duas pistolas que trazia, não lhe quis atirar. = Depois do que se separou o dito soldado Inácio da Silva e ele denunciante juntamente com o dito João de Deus vieram caminhando até a casa da ópera, onde igualmente se separou um do outro. E na manhã seguinte do dia vinte e seis do corrente mês foi ele denunciante ter-se com o dito Tenente Coronel Alexandre Teotônio a quem contou tudo o que tinha passado, e aqui tem declarado, e o mesmo Tenente Coronel lhe recomendou que voltasse à casa do dito João de Deus para saber de que ânimo ele estava, o que ele denunciante assim executou: e indo à casa do dito João de Deus a quem achou só, lhe perguntou de que ânimo estava, e o que pretendia fazer. = Ao que respondeu o dito João de Deus. = Que havia de procurar um sítio mais acomodado para todos nele se ajuntarem = A esse mesmo tempo chegou o dito Joaquim José da Veiga, e logo disse João de Deus = Homem mandei te chamar, para ver como isto há de ser, onde nós havemos de terminar para o nosso ajuntamento? Ao que respondeu-lhe o dito Veiga. = Eu assentava que o melhor era ajuntarmos-nos para a parte das Brotas, e se querem pedirei a roça de Dona Brites, que está só com o feitor: = no que não deixou de assentir o dito João de Deus; e o Veiga lhe disse mais = Esse Antônio José que é escravo de Caetano Maurício não apareceu lá com a sua gente, que prometeu, eu vou saber disso = e retirando-se ficou ele denunciante com o dito João de Deus, porque lhe tinha dito, que se demorasse a esperar pelo dito Veiga, que voltasse a saber se já tinha achado ao dito Antônio José, e logo se retirou, e os dois que tenho achado



mais constantes para esta nossa empresa = e passando ao interior da casa lhe trouxe um papel com pólvora, e algum chumbo grosso, dizendo que era a munição que tinha pronta para as suas pistolas aconselhando a ele denunciante, que preparasse as suas, e passado isto se retirou, e daí a pouco soube que tinha sido preso o dito João de Deus”.

(in Affonso Ruy - "A Primeira Revolução Social Brasileira," pp. 74/80)

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/biblioteca/brasil/hb_colonia/hb_colonia.htm